

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Ordep Senna

Fonte:

Data:

40

Os índios, o

terror e a polícia

*Journal da Bahia
31/05/85*

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denunciou e os jornais noticiaram fatos escandalosos ocorridos na semana passada, em Brejo do Burgo, município de Nova Glória, aqui na Bahia: elementos interessados na expulsão dos índios Pankararé invadiram-lhes as terras e destruíram-lhes uma casa de culto, o Poro, com máscaras sagradas, a parafernália do rito do Praia — um dos mais importantes rituais deste grupo indígena. A mesma súplica, que praticou este crime havia anteriormente destruído marcos e indicações do território indígena em questão. Reincidiu no delito por ter adquirido uma certeza de impunidade propiciada pela negligência conivente das autoridades que deveriam coibir e punir tais abusos. Desta vez, o ato de vandalismo foi ainda mais atrevido e bestial; mas permaneceu impune do mesmo jeito.

O JORNAL DA BAHIA de 19/05/85 estampou a notícia da violência referida e reportou um comentário de um líder Pankararé sobre a ação policial verificada a propósito. Aliás, mais certo é dizer, neste caso, inação policial. Os homens da lei nada fizeram. Sua omissão permanece inexplicável, ou antes só tem explicação a partir de hipóteses muito negativas. Segundo consta, um contingente da Polícia Militar deslocou-se para a área, onde permaneceu por algum tempo; depois se retirou, pois, é claro, não poderia ficar aí indefinidamente... Presume-se que, caso ocorra algum fato grave, voltarão os soldados da PM para mais uma temporada em Brejo do Burgo; depois tornarão a retirar-se; mas se em seguida acontecer novo crime voltarão e... assim por diante. A população de Brejo do Burgo deve estar certa de que qualquer desgraça pode lhe advir, mas nenhuma que não seja seguida pela indiferente PM. Com certeza, este procedimento não é o mais indicado para a prevenção de delitos... Tornou-se praxe, no entanto, quando os visados são índios. Que o digam os Pataxó Há Há Há da Reserva Paraguaçu-Caramuru, do sul deste nosso Estado; ou os Kiriri de Mirandela, município de Ribeira do Pombal, também aqui na Bahia...

Em todo caso, a PM ainda tem uma desculpa: é que quando se verifica uma situação de conflito ou uma ocorrência delituosa envolvendo índios, em princípio incumbe à Polícia Federal intervir, pois os índios são tutelados da União. Aliás, segundo foi noticiado, a PF também se fez presente em Brejo do Burgo. Mas quanto a sua atuação ali, segundo parece, nunca lhe será possível atribuir um excesso de zelo. A isto se referia o comentário aludido mais acima, do líder Pankararé que o JORNAL DA BAHIA ouviu. Dizia ele que a ida da Polícia Federal a Brejo do Burgo custou sete milhões de cruzeiros à Funai e não deu nenhum resultado: os agentes passaram ali cerca de três dias, mas não tomaram qualquer providência para chegar aos culpados pelo ato de terrorismo perpetrado contra os indígenas ou para deter a sanha destruidora dos vândalos, que germina em novas ameaças. Limitaram-se a circular pela localidade, em atitude contemplativa e com filosófico alheamento, ao que tudo indica... Depois foram-se. Caso necessário, dispõem-se a voltar — desde que a Funai custeie as despesas da sua viagem e lhes pague as diárias, naturalmente.

Curioso. Será que a PF não tem recursos próprios para o desempenho de

suas funções precípua, ou eles são tão escassos que ela tem de recorrer aos interessados para cumprir suas obrigações? E é correto isso? É decente? Irá a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos arcar com as despesas relativas às anunciadas investigações do SNI para a identificação e punição dos supostos "agitadores" que estariam "instigando" os grevistas? Era só o que faltava... E será que a PF sempre faz, para dignar-se a agir em assuntos de sua competência, as exigências que, no caso em tela, teria feito à Funai?

Todos sabem que a Fundação Nacional do Índio enfrenta um terrível falta de dinheiro, pois de há muito vem sofrendo cortes sistemáticos. Por causa disto, está, a rigor, quase paralisada. Por outro lado, ao que tudo indica, uma considerável parcela dos seus magros recursos deve ter sido dissipada nas significativas despesas com o transporte (de avião) e a manutenção em Brasília, durante várias semanas, de um numeroso contingente de índios, mobilizados e manipulados para dar apoio às pretensões de um candidato à presidência do órgão indigenista, candidato afinal nomeado, há poucos dias, graças ao despreparo e à falta de tino do ministro Costa Couto. Seja como for, porém, o dinheiro gasto pela Funai, segundo consta, com a inútil e idílica expedição da PF, com certeza vai fazer falta para muita coisa séria, como, por exemplo, debelar o surto de sarampo que irrompeu entre os Pankararé feito uma calamidade adicional.

Há outra questão que merece ser colocada em termos bem claros. Por que a polícia é sempre tão apática e ineficiente quando chamada a atuar em defesa de índios e na repressão de agressores dos índios? Isto se tem verificado muitas vezes. Não é preciso ir longe atrás de um exemplo... Há um caso próximo e recente que o ilustra muito bem.

Em julho do ano passado o índio Kiriri José Carvalho dos Santos foi trucidado em praça pública, na feira de Mirandela, por três indivíduos que o eliminaram a tiros e facadas, com o incentivo de alguns circunstantes. O assassinato foi planejado, deliberado numa assembleia criminosas que se realizou pouco antes no interior da igrejinha do povoado. O episódio sanguento teve dezenas de testemunhas e a identificação dos assassinos não ofereceu o menor problema. Todavia estes permaneceram impunes, soltos e tranquilos. Tão tranquilos e livres que um mês depois fuzilaram outro índio Kiriri, Acrísio José Santiago; e passado outro mês (como quem segue um cronograma estudado) cometeram dois novos atentados contra lideranças do referido grupo indígena. No entretanto, numerosas denúncias foram feitas às autoridades policiais de que se tramava entre os invadidores da terra Kiriri uma série de violências para intimidar os índios e forçá-los a deixar seu território. A Polícia Federal esteve em Mirandela; mas até hoje nada conseguiu em termos de possibilitar a punição dos criminosos, garantir a segurança dos índios, por termo ao terrorismo contra eles.

Aliás, desde o assassinato, em 79, do cacique Angelo Pankararé, vem-se firmando na Bahia a tradição de impunidade para os matadores e agressores de índios. O ato de vandalismo recentemente ocorrido em Brejo do Burgo pode ter desdobramentos mais graves. O programa anti-indígena está se institucionalizando na Bahia.